

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

OFÍCIO Nº /2025/GP/CMC

Requerimento de informação acerca dos critérios de qualificação, enquadramento funcional e estrutura remuneratória no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Senhor(a) Presidente

Com base nos artigos 161 e 162, § 3º, incisos V e VI, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, solicito à Exma. Sra. Presidente, Vereadora Paula Calil, que encaminhe o presente Requerimento ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Cuiabá/MT. Nos termos do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, requer-se que as informações abaixo sejam encaminhadas a esta Casa Legislativa no prazo legal de 15 (quinze) dias.

Considerando que este Requerimento de Informação decorre de denúncia recebida por este gabinete, a qual noticia, em tese, a existência de servidores públicos ocupantes de determinados cargos no âmbito do Poder Executivo Municipal com estrutura remuneratória superior àquela normalmente associada às exigências de escolaridade do cargo, sem a correspondente exigência de formação de nível superior, enquanto outros cargos ocupados por servidores com graduação apresentariam remuneração inferior;

Considerando que tal situação suscita questionamentos quanto aos critérios adotados para nomeação, enquadramento funcional, exigência de qualificação técnica e política remuneratória;

Ressalta-se que a situação relatada demanda esclarecimentos, com o objetivo de compreender os critérios adotados pela Administração Pública Municipal quanto à exigência de qualificação, ao enquadramento funcional e à estrutura remuneratória dos cargos.

Diante disso, para fins de fiscalização, transparência e correto encaminhamento da demanda, requer-se que sejam prestadas as seguintes informações:

1. Quais são os critérios atualmente adotados pelo Poder Executivo Municipal para a nomeação e o enquadramento funcional de servidores ocupantes de cargos comissionados e/ou funções gratificadas.
2. Quais são os requisitos mínimos de escolaridade e qualificação técnica exigidos para cada cargo ou função que componha a estrutura administrativa do Município.
3. Como se dá a definição da estrutura remuneratória desses cargos, indicando se há vinculação entre escolaridade, atribuições e remuneração.
4. Se existem mecanismos internos de fiscalização e controle para assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na ocupação dos cargos



e na fixação das respectivas remunerações.

5. Se há normativas, decretos ou atos administrativos que regulamentem os critérios mencionados, encaminhando, se possível, cópia ou indicação dos respectivos dispositivos.

O presente requerimento tem caráter estritamente institucional e fiscalizatório, não possuindo cunho acusatório ou individualizado, visando tão somente o acesso a informações oficiais para o exercício do mandato parlamentar e para a adequada prestação de contas à sociedade.

JUSTIFICATIVA

O presente Requerimento fundamenta-se nas atribuições constitucionais e regimentais da Câmara Municipal de Cuiabá, especialmente no exercício de sua função fiscalizadora, conforme previsto no artigo 2º, § 3º, do Regimento Interno.

Diante do exposto, submete-se o presente Requerimento à apreciação da Presidência desta Casa de Leis, requerendo seu encaminhamento ao Gabinete do Prefeito Municipal de Cuiabá, para que sejam prestadas as informações solicitadas, nos termos da legislação vigente.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 30 de janeiro de 2026.

Maysa Leão (Câmara Digital) - REPUBLICANOS

Vereador(a)

